

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N ° 313**

Período: 08/11/2008 a 14/11/2008

GEDES - Brasil

- 1- Supremo Tribunal Federal analisará alcance da Lei da Anistia
- 2- Exército atuará em operação na reserva indígena Raposa/Serra do Sol
- 3- Secretaria pretende rever a formação e o treinamento das Forças Armadas
- 4- Projeto Cimento Social não deverá ter obras retomadas
- 5- Brasil e Bolívia lançam estratégia regional de combate à produção de cocaína
- 6- Anistiados políticos
- 7- Presidente russo visitará Brasil para tratar de negócios na área militar

1- Supremo Tribunal Federal analisará alcance da Lei da Anistia

De acordo com o jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, Paulo Vannuchi, ministro dos Direitos Humanos, entregou no dia 07/11/08 uma solicitação formal à Advocacia Geral da União (AGU) para que a entidade mudasse o conteúdo do parecer que enviou à Justiça de São Paulo contra a ação do Ministério Público, que visa punir atos de tortura durante o regime militar. A AGU defende que os casos de tortura ocorridos no regime militar brasileiro (1964-1985) foram prescritos pela Lei da Anistia (1979). Já o pedido entregue, representado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) defende três questões passíveis de mudança. O primeiro ponto refere-se à necessidade de participação do Ministério Público no julgamento de crimes ocorridos na ditadura, pois o assunto é de interesse de toda a sociedade. O segundo ponto se refere à Lei de Anistia (1979), que segundo Vannuchi, não contempla tratados e convenções internacionais sobre os direitos humanos. Por fim, o documento declara que acredita na inexistência de documentos e registros da época que possam confirmar as acusações de crimes cometidos, dado que é negado pelas Forças Armadas. De acordo com o *Jornal do Brasil*, em edição de 09/11/08, outra questão importante e que também envolve diretamente a AGU é a recente ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), que pede uma nova interpretação da Lei da Anistia e da Constituição diante dos casos de tortura contra presos políticos. Dos ministros que devem apresentar parecer, apenas Nelson Jobim, ministro da Defesa, é contra a proposta da OAB. Tarso Genro, ministro da Justiça, Paulo Vannucchi e Dilma Rousseff, ministros da Casa Civil, foram perseguidos durante a ditadura e são a favor da punição. Segundo *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não precisa e nem deve se manifestar sobre o caso já que a decisão cabe aos ministros do STF, que deverão dizer se a Lei da Anistia beneficiou os militares acusados de tortura ou se a Constituição de 1988, que classificou o crime de tortura como inafiançável ou insuscetível de anistia, admite a punição, mesmo retroativamente. O ponto central é que os pareceres devem ser enviados, através de Lula, à AGU, que deverá tentar abarcar as duas posições existentes dentro do Governo Federal e enviar parecer ao STF. Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 10/11/08, a pesquisadora Glenda Mezarobba, afirmou que o texto sobre a anistia já passou por revisões, mas ainda existe a necessidade de alterações no texto legal. O importante é dar à Lei uma interpretação correta sob a ótica dos direitos humanos. A pesquisadora defendeu

também que haja um pedido de desculpas por parte das Forças Armadas pelas torturas cometidas durante o regime militar. Já no dia 13/11/08, segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, a Justiça Federal de São Paulo suspendeu a ação movida pelo Ministério Público Federal contra os coronéis reformados Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel, acusados de tortura, morte e desaparecimento de 64 opositores durante 1970 a 1976 em que comandaram o Destacamento de Operações de Informação e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) de São Paulo. O julgamento ficará suspenso até que o STF julgue sobre o alcance da Lei da Anistia. Além disso, a AGU, que deveria ter entregado o relatório sobre o caso suscitado pela OAB no dia 13/11/08, pediu um prazo de pelo menos mais dez dias, uma vez que aguarda as manifestações da Secretaria de Direitos Humanos e da Casa Civil. (Folha de S. Paulo –Brasil – 08/11/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 10/11/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 14/11/08; Jornal do Brasil – País – 08/11/08; Jornal do Brasil – País – 09/11/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 08/11/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/11/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/11/08).

2- Exército atuará em operação na reserva indígena Raposa/Serra do Sol

Segundo o *Jornal do Brasil*, O Exército está à espera da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) para que possa participar das ações de paz dos grupos que estão presentes na reserva indígena Raposa/Serra do Sol, pertencente ao estado de Roraima (RR). O general Augusto Heleno, Comandante Militar da Amazônia, afirmou ao *JB* que a Força estará presente mesmo que não seja convidada. Em abril de 2008, houve uma crise nessa região. Os conflitos se deram devido ao embate sobre a demarcação ou não da reserva em área contínua. Heleno com suas declarações causou um mal-estar entre o meio militar e o governo, nesse período. O general era contra a demarcação por entender que a ação constituía ameaça à soberania brasileira na Amazônia. Na época, Heleno teve que dar satisfações a Nelson Jobim, ministro da Defesa. O pedido de desculpas foi aceito pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Ao relembrar o acontecimento, Heleno declarou que o Exército não foi convocado para participar da operação. A Operação Upatakon III, que por sinal não chegou a ser deflagrada, deveria ser debatida com mais profundidade. Essa é a opinião vigente nas Forças Armadas. O general declarou que as três forças, respaldadas pela Constituição, acatarão e defenderão qualquer posição que o STF tomar. Além disso, afirmou que há um clima de tranquilidade na região. O Supremo decidirá sobre essa questão no prazo de um mês. (*Jornal do Brasil – País – 09/11/08*).

3- Secretaria pretende rever a formação e o treinamento das Forças Armadas

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) pretende executar uma reformulação na formação e no treinamento das Forças Armadas, segundo informação do coordenador-geral de Combate à Tortura da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência, Pedro Montenegro. A reformulação pretende acabar com qualquer traço de ação de tortura que ainda possa existir no treinamento militar. De acordo com Montenegro, embora as técnicas de tortura não sejam feitas parte do treinamento militar, há um currículo oculto que não é ensinado, mas acaba sendo praticado. Esta proposta ganhou força após o caso do adolescente J., de 16 anos,

que acusa cinco militares de espancamento, de tortura e de atear fogo ao seu corpo, após ele ter sido flagrado na quarta-feira fumando maconha em uma fábrica desativada do Exército. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 11/11/08).

4- Brasil e Bolívia lançam estratégia regional de combate à produção de cocaína

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Brasil assina no dia 13/11/08 um acordo com a Bolívia com ajuda da Argentina, Peru e Chile que deverá combater a produção de drogas na América do Sul. A cooperação, segundo o jornal, representa uma competição com os Estados Unidos na liderança ao combate à produção de cocaína no continente. No entanto, a diferença entre os projetos dos dois países está em que o Brasil, em conformidade com as aspirações do presidente boliviano Evo Morales, tolerará o plantio de coca para o consumo da população. Os EUA partilham da definição da Organização das Nações Unidas (ONU), segundo a qual, o consumo de Coca também deve ser combatido. Morales expulsou a agência de combate às drogas americana em seu território e sofreu o veto à La Paz, o que comprometeu muito a cooperação entre os países. A proposta brasileira não inclui a erradicação das lavouras de coca, como os EUA, mas prevê o controle da expansão destas lavouras e, somente o que ultrapassar o previsto deverá ser erradicado. A Bolívia é o terceiro maior produtor de cocaína do mundo e faz fronteira com o Brasil em uma extensão de 3.400km. Conforme divulgou o jornal, a intenção brasileira é ganhar importância política na região ao projetar uma cooperação alternativa ao Plano Colômbia. Além deste fator político de influência na região, o consumo de cocaína no Brasil tem aumentado muito nos últimos anos, o que corrobora para a iniciativa. O acordo prevê ações policiais conjuntas dos países, localização e destruição de pistas clandestinas e laboratórios responsáveis pela transformação da coca, troca de informações e apoio das Forças Armadas. O ministro da Justiça brasileiro, Tarso Genro e o ministro do Governo boliviano são os responsáveis pela assinatura do acordo. (Folha de S. Paulo – Mundo – 13/11/08).

5- Anistiados políticos

Segundo a *Folha de S. Paulo*, no dia 15/11/08 o ex-presidente deposto pelos militares em 1964, João Goulart, será anistiado por perseguição política. Esta será a primeira vez que um ex-presidente será anistiado. O pedido de anistia realizado pela família requer também reparações financeiras que deverá ter seu valor fixado em julgamento. Neste mesmo tema, de acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região considerou anistiados políticos sete ex-cabos da Aeronáutica do Rio Grande do Norte que foram afastados de suas funções entre 1967 e 1971. O TRF determinou que também recebam todos os salários atrasados, corrigidos, além de promoções e benefícios indiretos concedidos pela Aeronáutica. Os ex-cabos reivindicavam esses direitos desde 2001 por ação ordinária contra a União, o pedido foi baseado na portaria 1.104/GM3 de 12 de outubro de 1964, utilizada para os afastamentos e que segundo o advogado do grupo, caracteriza ato de exceção por motivação ideológica ou política. Da decisão do TRF ainda cabe recurso. (Folha de S. Paulo – Brasil – 13/11/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/11/08).

6- Presidente russo visitará Brasil para tratar de negócios na área militar

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o presidente da Rússia, Dmitri Medvedev, chegará ao Brasil em 25/11/08 e será recebido pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não confirmou se estará com o presidente russo. Possivelmente, Jobim e Medvedev discutirão assuntos relacionados a um reaquecimento de negócios na área militar entre os dois países. (Folha de S. Paulo – Brasil – 14/11/08)

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S.Paulo –www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil –www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo –www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Diego Barbosa Ceará (Redator, graduando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora geral, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).